



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ref.

**Autos nº 0600161-36.2024.6.21.0095 - Recurso Eleitoral**

**Procedência:** 095ª ZONA ELEITORAL DE SANANDUVA

**Recorrente:** MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB - SANANDUVA

**Recorrido:** CEZAR OLIMPIO ZANDONÁ

**Relator:** DES. MÁRIO CRESPO BRUM

**RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA PARA PREFEITO JULGADA IMPROCEDENTE. ILEGITIMIDADE ATIVA. ATUAÇÃO ISOLADA DE PARTIDO POLÍTICO COLIGADO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

Exmo. Relator:

Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

## I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto pelo DIRETÓRIO MUNICIPAL DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) de São João da Urtiga contra sentença que **desacolheu sua impugnação** e deferiu o registro de candidatura de CEZAR OLIMPIO ZANDONÁ para concorrer nas eleições de 2024 ao cargo de Prefeito, pela Coligação Junto por São João da Urtiga, neste município.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

---

Conforme a sentença, a impugnação não merece acolhimento porque formulada exclusivamente por partido coligado, o qual não possui legitimidade ativa para atuar isoladamente no processo eleitoral, salvo para questionar a validade da coligação, durante o período entre a data da convenção e o termo final para a impugnação de registro de candidatos, com base no disposto no §4º do art. 6º da Lei nº 9.504/97. (ID 45719621)

Inconformado, o recorrente sustenta, em síntese, que sua legitimidade ativa para impugnar o registro está embasada na Lei das Eleições, no Código Eleitoral, na LC nº 64/90, na Res. nº 23.609/19 e na jurisprudência do c. TSE; que a manutenção da decisão vai “gerar sensação de impunidade”; que o procedimento administrativo de rejeição das contas de 2021 do impugnado tramitou regularmente; que a competência para julgar as contas do Prefeito é exclusiva da Câmara Municipal; que as irregularidades nas contas decorrem de atos graves e dolosos de improbidade administrativa; e que foi “restabelecida a reprovação das contas do Prefeito”, porquanto “foi concedido/deferido efeito suspensivo no agravo de instrumento nº 5245489-44.2024.8.21.7000 abrangendo a tutela de urgência da decisão da Comarca de Sananduva/RS”, motivos pelos quais pugna pelo indeferimento do registro de candidatura. (ID 45719627)

Com contrarrazões (ID 45719631), foram os autos remetidos a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

## II - FUNDAMENTAÇÃO

**Não assiste razão** ao recorrente.

Embora a legislação, de fato, estabeleça a legitimidade ativa do partido para agir no processo eleitoral, essa lógica não prevalece para a **atuação isolada de partido coligado**, diante do disposto no §1º do art. 6º da Lei nº 9.504/97, salvo para questionar a validade da coligação entre a data da convenção e o termo final do prazo para impugnação dos registros de candidatura, ou para propor ações relativas à eleição proporcional, nos termos dos §§4º e 5º do art. 4º da Res. TSE nº 23.609/19:

Art. 4º É facultado aos partidos políticos e às federações, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações apenas para a eleição majoritária.

§ 4º O partido político ou a federação que formar coligação majoritária **somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatura** ( Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 4º ).

§ 5º O disposto no § 4º deste artigo não exclui a legitimidade do partido político ou da federação **para, isoladamente, impugnar candidaturas, propor ações e requerer medidas administrativas relativas à eleição proporcional**. (g. n.)

Acerca do tema, merece transcrição a lição de José Jairo Gomes<sup>1</sup>:

Nos termos do art. 6º, § 1º, da LE, são-lhes atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, **devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral** e no trato dos interesses interpartidários. (...)

Observe-se que, **diante de seu caráter unitário, não se admite que os partidos integrantes da coligação, isoladamente, venham a praticar atos**

<sup>1</sup> GOMES, José J. *Direito Eleitoral*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775330. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775330/>. Acesso: 21/09/2024, p. 97.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

no processo eleitoral, como requerer registro de candidatura, **impugnar pedido de registro**, ingressar com representações eleitorais. Considerando-se que os interesses em jogo já não são “parciais” ou “particulares”, mas coletivos, isto é, de todos os membros do grupo, o interesse de um dos grêmios consorciados poderá não coincidir com o dos demais. (g. n.)

Ao reunir-se com outros partidos, o Diretório Municipal do MDB de São João da Urtiga **transferiu voluntariamente a legitimidade** para atuar no processo eleitoral à coligação formada, de modo a **impossibilitar sua atuação isolada**, excetuando os casos acima especificados, que não se amoldam ao presente caso, no qual é **impugnada candidatura das eleições majoritárias**. Nesse sentido é a jurisprudência pacífica do c. TSE:

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PREFEITO E VICE-PREFEITO. ABUSO DO PODER ECONÔMICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. LEGITIMIDADE DO PARTIDO POLÍTICO PARA RECORRER ISOLADAMENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, "o partido político coligado não tem legitimidade para atuar de forma isolada no curso do processo eleitoral, o que abrange, inclusive, as ações eleitorais de cassação. Tal capacidade processual somente se restabelece após o advento do pleito e em observância à preservação do interesse público. Precedentes" (AgR-AI nº 503-55/MG, Rel. Min. Admar Gonzaga, DJe de 26.9.2017) e "as coligações se extinguem com o fim do processo eleitoral, delimitado pelo ato de diplomação dos eleitos, momento a partir do qual os partidos coligados voltam a ter capacidade processual para agir isoladamente. Precedentes" (REspe nº 1-38/RN, Rel. Min. Maria Thereza Rocha de Assis Moura, DJe de 23.3.2015). (...)

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº060040225, Acórdão, Min. Carlos Horbach, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 26/04/2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

Nesse contexto, em virtude da **manifesta ausência de legitimidade ativa**, resta prejudicado o exame da questão de fundo, de forma que **não merece acolhida a pretensão recursal** por essa egrégia Corte Regional.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 21 de setembro de 2024.

**ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI**  
Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

RN